



FÓRUM DA GOVERNAÇÃO DA INTERNET – GUINÉ-BISSAU

2024



FGI

FÓRUM DA
GOVERNAÇÃO DA
INTERNET

GUINÉ-BISSAU

**PRIMEIRO FÓRUM DA
GOVERNAÇÃO DA INTERNET –
GUINÉ-BISSAU**

**Hotel CEIBA, Avenida dos
Combatentes da Liberdade da Pátria,
Bissau**

FGIGB

Índice

RELATÓRIO	5
ABORDAGEM GLOBAL DO FÓRUM DA GOVERNAÇÃO DA INTERNET	5
TEMA 1: ACESSO À INTERNET E A INCLUSÃO DIGITAL	6
ESTADO ATUAL DO ACESSO À INTERNET NA GUINÉ-BISSAU	6
ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A INCLUSÃO DIGITAL EM ÁREAS RURAIS E URBANAS	8
INICIATIVAS DO ITMA PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS	8
TEMA 2: CIBERSEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS	9
TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA CIBERSEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS DE CARÁTER PESSOAL 9	
OS DESAFIOS DA CIBERCRIMINALIDADE NA GUINÉ-BISSAU	10
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DIGITAL E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SEGURANÇA <i>ONLINE</i> .	10
TEMA 3: DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO LOCAL E MULTILINGUISMO NA INTERNET	12
PAPEL DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS, DA SOCIEDADE CIVIL E DO SECTOR PRIVADO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO LOCAL E MULTILINGUISMO <i>ONLINE</i>	12
IMPORTÂNCIA DO CONTEÚDO LOCAL E MULTILINGUISMO NA INTERNET PARA A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE GUINEENSES	12
ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO LOCAL E MULTILINGUISMO <i>ONLINE</i>	13
TEMA 4: REGULAMENTAÇÃO DE CONTEÚDOS NA INTERNET	14
OS DESAFIOS DA REGULAMENTAÇÃO DE CONTEÚDOS NA INTERNET	14
ABORDAGENS PARA EQUILIBRAR A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO <i>ONLINE</i>	14
O PAPEL DAS PLATAFORMAS DE MÍDIA SOCIAL NA MODERAÇÃO DE CONTEÚDO E RESPONSABILIDADE DOS USUÁRIOS	15
TEMA 5: TRANSAÇÕES ELETRÓNICAS E PAGAMENTOS <i>ONLINE</i>	16
INFRAESTRUTURA DE PAGAMENTOS <i>ONLINE</i> NA GUINÉ-BISSAU	16
A SEGURANÇA E A REGULAMENTAÇÃO DAS TRANSAÇÕES ELETRÓNICAS	16
O IMPACTO DOS PAGAMENTOS DIGITAIS NA ECONOMIA LOCAL E INCLUSÃO FINANCEIRA	17
.....	19



RELATÓRIO

Com o Primeiro Fórum da Governação da Internet na Guiné-Bissau pretende-se:

- Promover a conscientização sobre a importância da Governação da Internet na Guiné-Bissau;
- Facilitar o diálogo e a colaboração entre os diversos *stakeholders* (grupos de interesse) envolvidos na Governação da Internet;
- Identificar desafios e oportunidades específicas relacionadas à Governação da Internet no país;
- Proporcionar um espaço para troca de conhecimento e melhores práticas em Governação da Internet.

ABORDAGEM GLOBAL DO FÓRUM DA GOVERNAÇÃO DA INTERNET

Senhora Anja Gengo, Secretária do Fórum da Governação da Internet, do Gabinete das Nações Unidas em Genebra, Suíça

“Os meus parabéns aos organizadores. A governação da internet é uma necessidade global e, em particular, na Guiné-Bissau é essencial para que todos os protagonistas estejam envolvidos, pois os desafios variam de região para região. É preciso que haja uma reflexão e revolução no sentido da governação da internet, na justa medida em que as fraquezas são constantes e as mudanças devem ser aceites e implementadas na Guiné-Bissau, como *block chain* e IoT – *Internet of Things* (Internet das Coisas)”.

Contextualização da importância da Governação da Internet na Guiné-Bissau

O Fórum da Governação da Internet da Guiné-Bissau (FGIGB) é uma plataforma nacional de diálogo que reúne atores sociais, públicos e privados e a sociedade em geral para informar, refletir e debater de forma aberta e interativa a temática da Governação da Internet.

Dr. Cheik Amadu Bamba Koté – Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação – ARN-TIC

“A ARN-TIC tem desempenhado um papel importante na liderança de várias iniciativas para melhorar o panorama das tecnologias de informação e comunicação no país, tais como a expansão das infraestruturas de domínio GW, a promoção do símbolo da identidade digital da Guiné-Bissau, a nível nacional como internacional. A ARN-TIC está disponível e empenhada em fortalecer parcerias, no sentido de criar um ecossistema digital robusto e resiliente, pois acredita que a digitalização pode impulsionar os sectores chaves, como a educação, a saúde, o comércio, a administração pública, tornando-os mais eficientes e acessíveis”.

Trecho do discurso do Ministro dos Transportes, Telecomunicações e Economia Digital, Eng.º
José Carlos Esteves

“Hoje estamos num evento sobre a governança da internet, lamentamos, no entanto, os sucessivos cortes de serviço de internet que tem verificado nos últimos tempos, por outro lado, o Governo tem reconhecido os desafios que as infraestruturas da internet na Guiné-Bissau enfrentam, incluindo a limitação da cobertura de rede nas zonas rurais e a ausência da literacia digital. O Governo está determinado em superar os obstáculos, através de investimento estratégico e promoção de parcerias eficazes. O Governo tem implementado vários projetos para expandir a ligação à rede da fibra ótica e medidas de proteção de dados, com vista a garantir que a internet seja um espaço seguro para todos os cidadãos, sem esquecer da necessidade de eletrificação”.

TEMA 1: ACESSO À INTERNET E A INCLUSÃO DIGITAL

Oradores:

Dra. Alimatu Turé, da Direção do Mercado e Acompanhamento dos Operadores da ARN-TIC (DMAO)

Eng.º Aruna Pereira Handem, da *Business and Innovation Management*

Eng.º Tomás Seidi, Presidente do Conselho de Administração do Instituto Tecnológico para a Modernização Administrativa – ITMA

Moderador: Dr. Abdel Deepak Jaquité, Diretor das Relações Exteriores e Cooperação da ARN.

ESTADO ATUAL DO ACESSO À INTERNET NA GUINÉ-BISSAU

A internet surgiu em 1960 nos EUA, com o objetivo de facilitar o envio de informações entre o centro de pesquisas, as instalações militares e o Pentágono.

Entende-se por acesso à internet a capacidade dos indivíduos e organizações conectarem-se, usando terminais de computador e outros dispositivos para aceder a serviços tal como correios eletrónicos. A Guiné-Bissau criou o seu domínio na internet desde 1999, tendo sido a sua gestão confiada à Guiné Telecom, empresa de capital público. As vantagens assentam-se no facto da Guiné-Bissau poder usufruir e utilizar o seu domínio na internet, possuindo a sua própria identidade no atual contexto panorâmico de telecomunicações.

Com o processo de instalação do cabo da fibra ótica, ainda em fase de execução, as redes da internet são asseguradas por duas operadoras de telecomunicações privadas: a MTN e a Orange Bissau.

A importância de acesso à internet resume-se em comunicação e partilha de dados; acesso a diversas informações e conhecimento; acesso a ferramentas de entretenimento e a otimização dos processos, produtos e serviços das empresas.

Conectividade nacional:

No que tange a conectividade nacional, atualmente existe a ligação de transporte em cabo de fibra ótica (FO) para a rede Sonatel, no Senegal, para fornecer a capacidade internacional, através do cabo submarino SAT3:

- Orange Bissau (OB) – entre Bissau e Contuboeil;
- MTN – entre Bissau e São Domingos.

O Cabo Submarino Amílcar Cabral (ACE) é implementado e está por operacionalizar. A sua gestão é confiada à Sociedade de Cabos da Guiné-Bissau (SCGB).

Existem mini ligações de micro-ondas Feixes Hertzianos (FH) um pouco por todo país:

- Largura de banda limitada;
- Redes metropolitanas independentes (MTN & OB) de fibra ótica embrionária dentro da cidade de Bissau, ligando algumas torres de rádio, que trocam o tráfego com as respetivas redes centrais.

Acesso à internet na Guiné-Bissau:

Os guineenses estão a aproveitar cada vez mais os dados e as tecnologias digitais para melhorar as suas vidas, mas é preciso algo mais para desencadear todas as oportunidades digitais. Um dos desafios ao acesso à internet na Guiné-Bissau é o acesso fiável à eletricidade, pois esta ainda se caracteriza por graves carências, uma vez que a rede elétrica continua limitada à capital Bissau, resultando na redução do acesso à internet por parte de empresas e famílias, contudo o país está focado em criar as bases necessárias para que a sua economia digital se prospere.

O diagnóstico da economia digital da Guiné-Bissau, recentemente concluído, fez um balanço dos desafios e oportunidades nas cinco áreas fundamentais da economia digital do país: (i) infraestruturas digitais; (ii) plataformas públicas digitais; (iii) serviços financeiros digitais; (iv) empresas digitais e (v) competências digitais e propõe recomendações específicas e prioritárias para garantir o seu desenvolvimento seguro e inclusivo. O diagnóstico nota ainda que a transformação digital poderia permitir abordar, de forma profunda e compreensiva, vários factores de fragilidade do país, nomeadamente a inclusão financeira, desenvolvimento de novas oportunidades de emprego, através de ligação à internet, especialmente na camada feminina.

Visão geral do uso da internet na Guiné-Bissau (janeiro de 2024):

- Número total de utilizadores de internet – 686.200
- Usuários da internet em percentagem da população – 36,6 %
- Variação anual do número de usuários de internet - +2.1 % (+14.000)
- Demanda por internet móvel: percentagem de usuários de redes sociais que acessam via dispositivo móvel – 99,5 %

Percentagem do tráfego de rede por dispositivo (janeiro de 2024):

- Telemóveis – 63,85 %; variação anual: +8,7 % (+513 BPS – *bits per second*)
- Computador portátil e computador de mesa – 34,93 %; variação anual: –14,1 % (– 572 BPS)
- Tablet – 1,22 %; variação anual: +93,7% (+59 BPS)
- Outros dispositivos 0 %; variação anual: invariável

Indicadores da taxa de penetração:

No primeiro trimestre de 2024 o número de estações móveis com utilização efetiva registou um crescimento de 4 % em relação ao período anterior, atingindo igualmente uma taxa de penetração de 89 %, o que corresponde a um acréscimo de 3 % em relação ao trimestre anterior. Quanto ao número de utilizadores de internet 3G e 4G houve o crescimento de 17 % e 14 %, respetivamente, e atingiram uma taxa de penetração de 47,4 % e 34,7 %, fazendo crescer os respetivos mercados em relação ao trimestre anterior.

Inclusão digital:

A inclusão digital apresenta-se como uma solução para aqueles que não têm acesso aos recursos tecnológicos básicos.

O objetivo é possibilitar o acesso à internet de forma igualitária, possibilitando aos grupos mais carenciados as mesmas oportunidades, pois permite a criação de novas oportunidades de trabalho, aumento de produtividade e da competitividade das empresas e contribui para a redução da pobreza.

Para que a inclusão digital aconteça, é necessário um dispositivo (*smartphone*, computador ou tablet), acesso à internet e o conhecimento sobre o uso dessas ferramentas.

Desafios:

- insuficiência energética;
- preço alto da conectividade;
- número reduzido da população, consequentemente, gera um fraco nível do consumo, que a sua vez gera menos lucro as operadoras.

Recomendações:

- financiamento de *startups*, por parte do Fundo de Acesso Universal – FAU;
- financiamento da inclusão digital;
- redução de taxas de operação e custos de interligação;
- o controlo pela ARN de tendências monopolistas.

ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A INCLUSÃO DIGITAL EM ÁREAS RURAIS E URBANAS

Para que haja a inclusão digital, seja na área rural ou urbana, tem de existir o desenvolvimento das infraestruturas de redes de telecomunicações. A falta de infraestruturas de redes de telecomunicações, a escassez de investimento por parte dos operadores, impactam negativamente a inclusão digital, daí que as iniciativas desta natureza, como deste fórum, são muito importantes e devem ser abrangentes.

Implica por outro lado as lideranças política e técnica comprometidas, por forma a garantir a continuidade dos projetos, para o maior desenvolvimento digital. Desde logo, passa pela elaboração de uma estratégia digital eficiente e criação de um quadro legal para a segurança dos utilizadores, sem deixar de fora a questão da energia, que é uma tecnologia para transportar a internet, contando com a possibilidade de implementação de novas tecnologias que venham pelo ar.

INICIATIVAS DO ITMA PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS

Para melhorar a eficiência e transparência na prestação de serviços governamentais é necessário o investimento nos sectores de telecomunicação e energético, a criação do quadro legal para a garantia da segurança dos utilizadores, o que permitirá uma maior conectividade e inclusão digital, com ganhos evidentes para o sistema nacional da educação e da saúde. Ao mesmo tempo, requer a criação de Centro Nacional de Cibersegurança e Proteção de Dados de Carácter Pessoal.

Deste modo, o ITMA (Instituto Tecnológico para a Modernização Administrativa) visa aconselhar o Governo a fazer o recenseamento das estruturas existentes e dos recursos humanos qualificados que compreendam a literacia digital, no sentido de disseminar as suas valências e experiências à toda população.

TEMA 2: CIBERSEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

Oradores:

Eng.º Abdulai Sila – Cofundador da SITEC

Dr. Domingos Correia – Diretor Nacional da Polícia Judiciária – PJ

Eng.º Adulai Bari – CEO Inovalab

Moderadora: Eng.º Lânica Andreia Mendonça Engenheira em Ciências da Computação

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA CIBERSEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS DE CARÁTER PESSOAL

Definições:

Cibersegurança ou segurança cibernética consiste em práticas, tecnologias e processos desenvolvidos para proteger sistemas, redes, dispositivos e dados, contra-ataques cibernéticos. Engloba a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade.

Proteção de dados pessoais são medidas e práticas adotadas para garantir que as informações pessoais (dados de identificação) sejam coletadas, armazenadas, processadas e compartilhadas de maneira segura e ética. Visa assegurar que os dados sejam usados de forma transparente, garantindo os direitos de privacidade e segurança dos indivíduos.

Malware qualquer software malicioso concebido para causar danos ou obter acesso não autorizado a sistemas ou redes de computadores.

Ransomware é o tipo de *malware* que criptografa os arquivos da vítima ou bloqueia o acesso ao sistema. Para ter acesso ao sistema a vítima precisa pagar um certo montante, o que não é aconselhável, pois a melhor prática é a restauração dos dados a partir de *backups* seguros.

Phishing é uma técnica usada por cibercriminosos para enganar pessoas e obter informações sensíveis como nomes de usuário, senhas, números de cartões de crédito e outros dados pessoais. Os atacantes passam-se por entidades confiáveis, como bancos, empresas de tecnologia ou até mesmo os contactos conhecidos, para induzir as vítimas a fornecerem essas informações.

Panorama atual:

- Crescente dependência das TIC sem Política definida
- Armazenamento e manuseamento de dados sensíveis sem legislação adequada
- Aumento de ameaças cibernéticas e do crime organizado transnacional
- Limitada capacidade de mitigação

Desafios:

- Infraestruturas de Tecnologias de Informação em desenvolvimento;
- Falta de conscientização e educação em cibersegurança;
- Fraquezas em sectores críticos;
- Legislação e regulação emergentes;
- Colaboração regional/internacional limitada.

Recomendações:

- Colaboração entre sectores público e privado;
- Criação de infraestruturas de telecomunicação robustas;
- Educação e treinamento dos recursos humanos;
- Proatividade e adoção de melhores práticas globais;
- A conscientização contínua da população;
- Regulação e regulamentação da cibersegurança;
- Estratégia de cibersegurança robusta e eficaz entre as instituições públicas, privadas e cooperativas;
- Implementação de políticas eficazes de cibersegurança e proteção de dados de carácter pessoal.

OS DESAFIOS DA CIBERCRIMINALIDADE NA GUINÉ-BISSAU

Não existe uma lei específica sobre a cibercriminalidade, mas sim o Código Penal, com recorte aos crimes cometidos por meios informáticos. Essa remissão não significa muita coisa, pois é muito redutora. Neste sentido, é preciso definir os nossos objetivos tendo em conta os avanços tecnológicos e encurtar as barreiras, evitando os erros cometidos por outros Estados, permitindo assim um avanço significativo em combate à cibercriminalidade. Existe a necessidade de criação do quadro legal, que deve ser coerente e operacional.

A lei de cibercrime contém muitos institutos que o Código Penal não consegue dar resposta, como é o exemplo da fraude informática e pornografia infantil. A Guiné-Bissau, como parte do conserto das nações, deve refletir sobre a Convenção de Budapeste e de Malabo na matéria de cibercrime. Existe uma estratégia regional de cibersegurança e, dessa estratégia regional, existe uma obrigatoriedade de ser acompanhada com uma estratégia nacional de cibersegurança, o que não existe. A Polícia Judiciária – PJ – como órgão de polícia criminal de investigação por excelência, deve trabalhar com outras autoridades. Existe a escassez de um centro de resposta a incidentes de cibersegurança, mas alguém deve assumir a sua responsabilidade. Por isso a PJ dispõe do primeiro laboratório digital forense, mas ainda falta muito a fazer. Os desafios são enormes, que vão, desde logo, pela criação das infraestruturas, estas a sua vez estão ligadas a questão das unidades de combate à criminalidade transnacional e cibernética, que envolve a economia dos meios. Que tipo de unidade deve ser adotada? Que requer a eficiência e eficácia dos seus atores? É um desafio que fica à superior consideração de todos.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DIGITAL E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SEGURANÇA ONLINE

Quem é que não usa as redes sociais? Praticamente todos usam. A melhor forma de proteção de dados é não os criar. A primeira coisa na educação digital é ter o cuidado. O medo de represália está ligado ao medo de uso de aparelhos digitais, pois quem não insulta em casa ou na sua vida privada, obviamente que não insultará ninguém nas redes sociais. O que devemos fazer para proteger os nossos dados e será que existe um plano para mitigar os efeitos de exposição dos dados pessoais?

A partir destas interrogações retóricas, é necessário recrutar as pessoas apetrechadas, independentemente da sua formação, para fazer parte do grupo de trabalho, para a criação de uma entidade de proteção de dados. Deve existir um plano operacional e de formação dos recursos

humanos, sem esquecer do sector privado. O projeto tem vindo a acompanhar 50 startups a nível do país, mas é preciso recursos económicos para apoiar as iniciativas individuais. Nos noutros países existem medidas de apoio ao acesso a ferramentas digitais, o que não acontece na Guiné-Bissau. O capital do risco é que ajuda a alavancar as ideias de transformação digital. O desafio de sensibilização é um aspeto essencial que ajudará a conscientizar as pessoas, a não acreditar em tudo que lhes aparece na internet. Não existe uma desvantagem do uso digital, mas sim uma forma errada do mesmo, que não corresponde a uma desvantagem, pois o uso digital está sempre impregnado de vantagens.

TEMA 3: DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO LOCAL E MULTILINGUISMO NA INTERNET

Oradores:

Professor Doutor Januário Pedro Correia – Bastonário da Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau
Dr. Sérgio Cossa – mentor da Juventude Pan-Africana para a Governança da Internet – PAYAIG Portuguesa

Dr. João Paulo Pinto Có – Diretor Geral do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa – INEP

Moderador: Mestre Tamilton Teixeira, professor da Universidade Católica – UC

PAPEL DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS, DA SOCIEDADE CIVIL E DO SECTOR PRIVADO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO LOCAL E MULTILINGUISMO ONLINE

A importância da internet é destacada tanto a nível nacional quanto internacional, sendo discutida em diversos fóruns, como das Nações Unidas, União Europeia, entre outros. A gestão da internet envolve o desenvolvimento de princípios e normas por Governos, sector privado, sociedade civil para moldar o seu.

A garantia de acesso à internet a preços acessíveis é crucial, especialmente em países com alto índice de pobreza. A governança da internet abrange as políticas públicas, autorregulação e reflete a comunidade global da internet. A proposta de uma iniciativa nacional é sugerida como uma alternativa mais abrangente e significativa. Essa iniciativa reuniria diversos sectores da sociedade, como a sociedade civil, os *stakeholders* públicos e privados, academia e a comunidade técnica da internet para debater e abordar temas relevantes e inclusivos sobre a governança da internet no país. A participação ativa da sociedade civil nas discussões é essencial para garantir a diversidade e multilinguismo.

A prática de multilinguismo na internet é de importância vital para a sociedade em geral, não apenas para a promoção do teor meramente informativo ou educativo, mas também para proporcionar a internacionalização, desenvolvimento das capacidades humanas, a globalização e interculturalidade, com relevância singular para o desenvolvimento da estratégia do sector empresarial, para veicular os serviços, produtos e o respeito pelos direitos dos consumidores.

IMPORTÂNCIA DO CONTEÚDO LOCAL E MULTILINGUISMO NA INTERNET PARA A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE GUINEENSES

É importante a preservação das línguas locais, sem nenhuma exceção, de modo manterem vivas, mas sem esquecer da predominância da língua inglesa, onde o português, a nossa língua oficial, surge em quinta posição. As pessoas não sentem necessidade de aprender sobre os riscos na internet, porque não têm consciência da existência dos mesmos.

Deve existir a busca incessante para equilibrar os resultados do uso da internet, com olhos postos para a maximização dos benefícios e mitigação dos efeitos negativos do seu uso, investindo na formação de recursos humanos, aumentando assim o nível de compreensão dos seus efeitos. Deve garantir-se que a internet seja acessível a todos e explicar-se a importância, não só da privacidade, como também do bom uso da mesma, porque existem conteúdos na internet relacionados ao abuso

sexual dos menores, genocídio justificado e incitado, bem como a insinuação dos atos de organizações terroristas.

A identidade cultural deve ser mantida e valorizada, por forma a educar a futura geração. A valorização das línguas locais, a criação de conteúdos em línguas locais ajuda a manter e valorizar, não só essas línguas, mas também a identidade e diversidade cultural para educar a geração futura, sobre a riqueza da sua história. É preciso criar o ciberespaço para a prosperação de todas as línguas, pois o acesso a educação e multilingue irá garantir recursos educacionais em várias línguas e permitirá que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento.

ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO LOCAL E MULTILINGUISMO *ONLINE*

A política industrial deve estar sempre aliada à política cultural. A promoção do conteúdo local pode ajudar a desmistificar a África, que é exposta ao mundo como um continente em estado de desorganização e com um certo nível de inferioridade. Para isso a escrita é uma ferramenta muito importante. Tanto a política industrial como cultural devem envolver as comunidades locais, como é o caso de instalação do cabo da fibra ótica em Surú, onde surgiu o conflito com a comunidade local. Quais os conteúdos a disponibilizar e como é que podemos atingir o público alvo, tendo em conta a diversidade cultural e linguística? Como é que se pode atingir o público que não sabe ler? A Guiné-Bissau não é uma *outsider* – uma ilha isolada – no mundo da conectividade. Há quem diga que para atingir o público alvo, devemos refletir sobre a aldeia global. Daí o que podemos entender por comunidade? A comunidade pode ser entendida como o conjunto dos falantes de uma língua. Existem mais do que seis mil línguas no mundo, mas em países com muitas línguas, a falta de promoção das mesmas acaba por influenciar o uso de poucas línguas, em detrimento das outras línguas, como é o exemplo de alguns países africanos, como a Nigéria e Camarões, bem como a Papua-Nova Guiné na Ásia. Não se compreende por que motivo a Guiné-Bissau não fazer parte do cômputo desses países multilíngues. Existem países com mais do que uma língua oficial e a educação é feita em função dos falantes de cada língua, de acordo com a localização geográfica, como é o caso do Canadá. É preciso levar em conta a situação dos indígenas ou autóctones e alienígenas e, neste particular, as rádios desempenham um papel importantíssimo, como é o caso da Radiodifusão Nacional – RDN, em difusão das notícias em diversas línguas locais.

TEMA 4: REGULAMENTAÇÃO DE CONTEÚDOS NA INTERNET

Oradores:

Dr. Marco Lawan Vieira Có, Diretor da Regulamentação, Assuntos Jurídicos e Defesa dos Consumidores da ARN – DRAJDC

Sra. Indira Correia Baldé, Presidente da SINJOTECS (Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social) e jornalista da RTP-África

Sr. António Gislailson Delfino da Silva, criador da plataforma web “Nô Sta Djunto”

Moderador: Mestre Tamilton Teixeira professor da Universidade Católica – UC

OS DESAFIOS DA REGULAMENTAÇÃO DE CONTEÚDOS NA INTERNET

Não existe uma regulamentação de conteúdo na internet na Guiné-Bissau. Há uma necessidade premente da regulamentação do acesso à conectividade, para a satisfação das necessidades populacionais e que permita a inclusão social e digital de toda a sociedade, tendo em conta a era da sociedade de informação, o que permite envolver todas as franjas sociais numa lógica de evolução, reconhecendo o acesso a internet como um direito fundamental a par dos outros direitos fundamentais previstos na Constituição da República da Guiné-Bissau.

É necessário guiar os cidadãos, de modo a fazerem um uso eficiente da internet, para que com isso tenhamos uma sociedade prática e crítica. As melhores e mais acessíveis condições de internet, possibilitarão a inovação e a criação de novos serviços e, com isso, consequentemente a criação de emprego e empreendedorismo juvenil.

Existem três vantagens da regulamentação: (i) vantagem social – o acesso a internet quando massificado, permite a inclusão social, consequentemente a vantagem económica; (ii) vantagem económica – pressupõe uma relação de produção e consumo, consequentemente a criação de ideias de empreendedorismo, emprego e empregabilidade; (iii) vantagem cultural – permite o acesso à informação e formação, sem recurso aos órgãos ou entidades tradicionais de informação ou formação. Daí, urge falar dos princípios orientadores da regulamentação da internet, tendo em conta a competência da ARN sobre a temática, como o domínio do topo GW.

ABORDAGENS PARA EQUILIBRAR A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO ONLINE

No mundo atual, a maior parte das pessoas tem acesso à informação *online*. Essas pessoas devem ter um espírito crítico para com as informações recebidas via internet. Tendo em conta o grande nível de desinformação existente, é importante que os jornalistas conheçam as leis, que vão desde a Constituição, a Lei de Imprensa e o Estatuto dos Jornalistas. Só assim é que se pode levar ao público uma informação equilibrada, sem pôr em causa o direito do outro, sendo a informação um bem público.

As desinformações são desafios para a sociedade, que podem provocar caos social. Os jornalistas têm a obrigação de trazer ao público o que é verdade, contrariando as tendências das desinformações. As redes sociais são fontes tanto da informação como da desinformação e o desequilíbrio existente nelas é a fonte dos discursos de ódio e marginalidade, que estão a minar o mundo. Nestes termos, os jornalistas devem saber filtrar as informações, expurgando as desinformações.

É preciso criar os canais de consciencialização e um suporte legal para o combate a desinformação, tomando assim o exemplo de outros países, considerando, porém, as particularidades do nosso país. É importante que exista um poder sancionatório sobre os atos de desinformação, que implica a criação de uma legislação para a regulamentação das mídias. Não devemos perder de vista que qualquer regulamentação não deve pôr em causa a liberdade de imprensa, como um valor fundamental.

O PAPEL DAS PLATAFORMAS DE MÍDIA SOCIAL NA MODERAÇÃO DE CONTEÚDO E RESPONSABILIDADE DOS USUÁRIOS

A página “nô sta djunto” foi criada para divulgar apenas os aspetos positivos da Guiné-Bissau, tendo em conta as variadíssimas informações negativas sobre o país, mas mesmo assim têm soado vozes críticas a questionar sobre a não divulgação dos aspetos negativos. É preciso criar diretrizes e regulamentar os conteúdos por quem de dever.

Tem de haver a moderação na divulgação dos conteúdos e a remoção dos conteúdos inconvenientes e isso deve ser o papel dos órgãos de gerência dos conteúdos. Qual é a consequência possível da pessoa que divulga o vídeo íntimo da parceira ou do parceiro? Ainda existem nas redes sociais os atos discriminatórios por localidade, língua, religião e política, mas passam impunes. As redes sociais tiveram um papel importante durante as últimas eleições, não só para convencer a massa, mas para divulgar outras informações relacionadas, em tempo real, exatamente, porque as redes sociais devem ser usadas para servir o interesse social, para isso qualquer produção do conteúdo deve levar em consideração a sua utilidade social, daí reside a importância da regulamentação, que deve basear-se em princípios e regras, cujas violações possam desencadear as responsabilidades civil e criminal.

TEMA 5: TRANSACÇÕES ELETRÓNICAS E PAGAMENTOS ONLINE

Oradores:

Sr. Maomar Mané, quadro do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Sr. João Pedro Cá, Responsável do Departamento Banco Digital do ORABANK

Eng.º Aruna Pereira Handem, da Business and Innovation Management

Moderadora: Sra. Gisela Tenan Figueiredo Lopes, da Direção de Relações Exteriores e Cooperação da ARN

INFRAESTRUTURA DE PAGAMENTOS ONLINE NA GUINÉ-BISSAU

O sistema STAR-UEMOA é a única infraestrutura de pagamento *online* que aceita o pagamento cujo valor se situe acima de 50 milhões de Francos CFA e, noutro plano, o sistema SICA-UEMOA admite o pagamento inferior a 50 milhões de Francos CFA. Existe também o sistema GIM-UEMOA, que tem a ver com o tratamento de todas as transações por cartões de débito e crédito. Todas estas plataformas são regulamentadas pelo BCEAO e passam pelo sistema STAR. As transações baseadas na internet são muito poucas, contrariadas pelas transações *mobile money*, que se efetuam através do código USSD, por ser mais acessível ao público e não necessita da internet, que se revela cara, aliado ao facto de ter existido campanhas de educação financeira e os custos baixos das transações. A regulamentação sectorial situa num plano superior, pois a Guiné-Bissau faz parte da organização sub-regional, que dispõe de uma entidade especializada, com competências para emitir comandos normativos que se aplicam diretamente e com o efeito direto, como é o caso do BCEAO.

É preciso o empreendedorismo digital, a promoção e o apoio às *fintechs* para o crescimento deste sector, pois só assim se consegue proporcionar um ambiente propício para a criação de outras formas de pagamento, pois existe um certo receio por parte dos bancos tradicionais, relativamente às novas tecnologias de informação e comunicação. Daí a solução passa pela criação de uma plataforma mais segura, para permitir que os bancos se sintam seguros para adaptar e avançar com as novas tecnologias de comunicação digital.

A SEGURANÇA E A REGULAMENTAÇÃO DAS TRANSACÇÕES ELETRÓNICAS

O pedido de uma transação eletrónica é enviado ao banco para autenticação e pode usar a tecnologia SDA – *Static Data Authentication*, onde a ATM – *Automatic Teller Machine*, é o único agente ativo, ou a tecnologia DDA – *Dynamic Data Authentication*, onde tanto o cartão como a ATM são agentes ativos e participam na comunicação com o sistema e a autenticação da informação do usuário. Já o sistema POS – *Point Of Sale* – incorpora a leitura de cartões com NFC – *Near Field Communication*. Por seu turno, o sistema EMV – *Europay, Mastercard and Visa* – a conversão pede um *chip* no cartão multibanco e usa as 3D como regras de segurança para o pagamento *online*, mas o uso do cartão pode implicar o pagamento de taxas altas e o pagamento deve ser feito em moeda local.

O IMPACTO DOS PAGAMENTOS DIGITAIS NA ECONOMIA LOCAL E INCLUSÃO FINANCEIRA

Para impactar positivamente a economia local, com a consequente promoção da inclusão digital, é mister a existência das *Fintechs*, mas para isso é preciso que os empreendedores abram espaços, cedendo APIs – *Application Programming Interface* – para *Fintechs*, tendo em conta que muitas delas só não estão a operar por causa dos custos elevados da licença.

É importante garantir que as *Fintechs* que queiram agregar algum valor financeiro junto da banca, sejam dadas as oportunidades. As *Fintechs* podem ser usadas para campanhas de conscientização, mostrando a população os usos possíveis dos cartões, já que conseguem chegar nas zonas onde as bancas tradicionais não conseguem chegar. O custo de internet, que outrora, também, está ligado ao custo do transporte, como acontece nas zonas rurais. O banco central (BCEAO) deve impulsionar o uso do digital, com recurso ao pagamento por meio de cartões, ressaltando que as instituições de microfinanças devem ser bem observadas e tratadas com seriedade, exatamente, por serem mini-bancos e têm muita responsabilidade. As *Fintechs* no sistema financeiro têm de passar por um processo de aprovação para garantir a sua capacidade em fornecer o serviço necessário aos utentes.

Relatores:

- **Fernando Jorge Tchuda**
- **Soraia Rosângela Molé**
- **Lânica Andreia Mendonça**

<https://fgi.gw/>

